



**A PRETENSÃO DO DISCENTE A DOCÊNCIA: UMA ANÁLISE DOS ALUNOS
INICIANTE E CONCLUINTE DOS CURSOS PRESENCIAIS DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Karine Schwinden Luckmann
Faculdades Borges de Mendonça (BM)
Ka.luck@hotmail.com

Marcelo Nascimento
Faculdades Borges de Mendonça (BM)
Marcelo.nascimento@bm.edu.br

Resumo

Com a expansão do ensino superior e dos cursos de Ciências Contábeis, a profissão docente do ensino superior torna-se uma opção profissional cada vez mais valorizada no mercado. Os acadêmicos, por sua vez, enfrentam a escolha profissional ao concluir o curso e muitas vezes desconhecem a fundo as suas expectativas. Os motivos que os levam a seguir carreira docente podem se modificar ao longo da vida acadêmica por fatores pessoais ou profissionais. Diante disso, este estudo teve por objetivo verificar a pretensão à docência pelos discentes iniciantes e concluintes dos cursos presenciais de Ciências Contábeis da grande Florianópolis. O instrumento foi aplicado através de questionário objetivo com perguntas fechadas a uma população de 362 discentes que estavam iniciando e concluindo seu curso no 2º semestre de 2013. Trata-se de um estudo explicativo, com abordagem quali-quantitativa, pesquisa bibliográfica e estudo de campo com utilização de fonte de coleta dos dados primária. Em linhas gerais, constatou-se que a maioria dos acadêmicos não pretende seguir carreira docente e que o motivo principal é a falta de identificação com a profissão.

Palavras-chave: Docência; Ensino Superior; Ciências Contábeis.

1 INTRODUÇÃO

A educação é fator para o desenvolvimento do ser humano partindo da concepção de que, por analogia, é o meio pelo qual se atingem fins mais elevados. Segundo Silva (2002, p.42) “a educação está situada no coração do desenvolvimento do ser humano, fazendo frutificar os seus talentos e potencialidades criativas, o que implica a capacidade de cada um em responsabilizar-se pela realização do seu projeto pessoal.”



A partir da Constituição Federal de 1988 a educação ganhou contornos mais complexos, tratando dos direitos sociais. Conforme o artigo 205, a educação é estabelecida como: um direito de todos e dever do Estado e da família.

Em seguida, com a LDB/96 (Lei de Diretrizes e Bases), acrescida de um conjunto amplo de Decretos, Regulamentos e Portarias complementares, foi normatizado um amplo sistema de instituições públicas e privadas, e diferentes tipos de cursos e programas, com destaque para os avanços no ensino superior, expandindo, desta forma, a oferta dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, até a pós-graduação *lato sensu stricto sensu*.

Por conseguinte, a profissão contábil vem conquistando significativo espaço nos cenários nacional e internacional, ainda que o contexto das organizações públicas e privadas necessite de maior reconhecimento. Por este motivo, lideranças e órgãos ligados à profissão, por meio de um conjunto de ações sistematizadas e organizadas, estão liderando um projeto intitulado: “2013: O ano da Contabilidade no Brasil.”

Diante desse contexto, o aumento da demanda por docentes da profissão Contábil, criado pelo atual cenário em expansão do ensino superior constitui a problemática desta pesquisa deparando-se com a lei da oferta e procura, podendo não satisfazer a urgência do mercado nas IES. Assim surge a seguinte pergunta: os discentes têm a pretensão de seguir carreira docente?

Este trabalho tem como objetivo geral verificar a pretensão a docência pelos discentes iniciantes e concluintes dos cursos de Ciências Contábeis da grande Florianópolis. Para sustentar o estudo estipulam-se os seguintes objetivos específicos: (a) identificar os principais motivos pelos quais os discentes optam por seguir carreira docente; (b) identificar os principais motivos pelos quais os discentes não optam por seguir carreira docente; (c) verificar se existem interesses distintos em seguir a carreira docente por parte dos discentes entrantes e por parte dos discentes concluintes; (d) analisar se há distinção entre os interesses dos discentes em seguir carreira docente nas IES públicas e privadas.

Para o cumprimento do objetivo deste artigo foram escolhidos os alunos do primeiro (iniciantes) e último (concluintes) período do curso de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior (IES) da grande Florianópolis.

Esta pesquisa é justificada pela necessidade de se realizar uma discussão acerca de como o cenário se apresenta, com o aumento da demanda por docentes no ensino superior e o interesse dos discentes de Ciências Contábeis da grande Florianópolis em optar por esta profissão,



referente às mudanças que estão ocorrendo no mercado de trabalho para os profissionais contábeis em face às mudanças ocorridas na economia do Brasil.

O artigo está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção trata da fundamentação teórica que abrange a história do ensino superior no Brasil, a evolução do ensino da contabilidade no Brasil, as ramificações da profissão Contábil e os aspectos da profissão docente. Na terceira seção descreve-se a metodologia da pesquisa, apresentando a coleta e o tratamento dos dados. Na quarta apresenta-se a análise e a interpretação dos resultados. Por fim, a quinta seção é dedicada às considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção aborda-se o referencial teórico sobre a história do ensino superior no Brasil, a evolução da contabilidade no país, as ramificações profissionais na área contábil e os aspectos da docência no ensino superior.

2.1 DESCRIÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

2.1.1 As primeiras universidades brasileiras

Estão registradas várias iniciativas visando a criação de uma universidade no País começando pela Universidade do Brasil, que foi fundada em 1592 pelos jesuítas na Bahia, mas não foi reconhecida pelo Papa e pelo Rei de Portugal. (MORHY,2004)

Em 1920, foi criada a Universidade do Rio de Janeiro, considerada a primeira universidade brasileira oficial, que resultou na fusão da Escola Politécnica com a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito, existentes na época. Até então existiam apenas algumas instituições de educação superior que ofereciam os cursos de medicina, direito, politécnica, de minas, e que em geral seguiam o modelo das instituições francesas. (MORHY,2004)

Os anos que seguiram foram marcados pelo projeto de reforma do ensino superior da República, que exigia, para que se constituísse a Universidade, a incorporação de pelo menos três institutos de ensino superior: direito, medicina e engenharia, ou, ao invés de um deles, a Faculdade de educação, ciências e letras. (FÁVERO, 2000)



Em 1950, cerca de 10 universidades estavam em funcionamento no País, além do razoável número de instituições de educação superior. Na década de 60, tomava corpo um movimento de intelectuais e cientistas que, juntamente com o movimento estudantil organizado em associações, pretendia mudanças na educação e principalmente na universidade. (MORHY, 2004)

2.1.2 A Educação Superior pós Lei de Diretrizes e Bases (LDB)

Até a década de 60, o sistema educacional brasileiro era centralizado e este modelo era seguido por todos os estados e municípios. Em 1961, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que pretendia eficácia e produtividade. Esta reforma no sistema universitário objetivou unificar o vestibular e aglutinar as faculdades em universidades. (MEC, 2007)

Na década de 80, o Conselho Federal de Educação reconheceu mais universidades privadas e novos cursos de áreas distintas. O número de matrículas no ensino superior aumentou expressivamente de 300.000 para 1.500.000, somando 65 universidades, com 43 públicas e 22 privadas.

Com a redemocratização do País, a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, foram promovidas grandes mudanças na base legal da educação brasileira.

A universidade brasileira está baseada na CF 88, em seu artigo 207, que reza: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” Portanto, a CF 88 indissocia o ensino, a pesquisa e a extensão, ao contrário do que ocorre em outros países como a França, por exemplo, tendo em vista que lá “a pesquisa científica é, em geral, feita fora das universidades, concentrando-se em instituições específicas.” (PESSOA, 2000. p. 27)

2.2 A EVOLUÇÃO DO ENSINO DA CONTABILIDADE NO BRASIL





A contabilidade brasileira pode ser dividida em duas fases, sendo a primeira anterior a 1964, a qual foi marcada pela influência das escolas italianas, e a segunda fase, posterior a 1964 com característica na influência pela escola norte-americana. (SCHIMIDT; SANTOS,2008)

O primeiro passo na evolução do ensino da Contabilidade no Brasil começou em 1890, quando a Escola Politécnica do Rio de Janeiro passou a oferecer a disciplina de Direito Administrativo e Contabilidade, seguindo a tendência de colocar a Contabilidade como disciplina ligada ao direito. Deste modo, percebe-se a permanente participação dos legisladores neste desenvolvimento. (SCHIMIDT; SANTOS,2008)

Em seguida, a escola de Comércio Álvares Penteando, fundada em 1902, instituiu o ensino de contabilidade como conteúdo das aulas de comércio. Os cursos de Ciências Contábeis “foram criados em 1931, através do Decreto n. 20.158, que instituiu o curso técnico de contabilidade com duração de dois anos para formar Guarda-livros e de três anos para formar Peritos Contadores”, como afirma (MARION; ROBLES Jr.1998. p.1).

Todavia, o grande reconhecimento da educação contábil foi estabelecido por meio do Decreto-Lei n. 7.988 de 1945

devendo-se destacar que, na realidade, o citado Decreto criou o curso de Ciências Contábeis e Atuariais, conferindo aos formandos o grau de Bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais. Numa análise legal e crítica, a criação dos cursos de Ciências Contábeis deu-se, efetivamente, com o advento da Lei nº 1.401, de 31/07/51, que desdobrou o curso de Ciências Contábeis e Atuariais em dois, possibilitando aos concluintes receberem o título de Bacharel em Ciências Contábeis. (KRAEMER,2005, p. 69)

Com seu início em 1964, a segunda etapa do desenvolvimento da Contabilidade brasileira, conforme Schmidt e Santos (2008), foi marcada pela introdução do novo método didático norte-americano, pelo Prof. José da Costa Boucinhas. A partir dessa mudança de orientação didática, a influência dos autores italianos foi sendo substituída pelos autores norte-americanos.

Os anos que seguiram foram de mudanças nas leis de correção monetária, regulamentação do mercado de capitais no Brasil, a obrigatoriedade do registro dos auditores independentes no Banco Central do Brasil de exclusividade dos contadores e da criação dos Princípios e Normas de Contabilidade. (SCHIMIDT; SANTOS,2008)

2.3 RAMIFICAÇÕES DA PROFISSÃO CONTÁBIL



A profissão de contador foi regulamentada pelo Decreto-Lei 9.295/1946, o qual criou o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que objetivou juntamente com a criação da Resolução CFC Nº 560/83, delinear e regulamentar a atuação profissional contábil. (CRCSC; 2014)

De acordo com a referida Resolução, somente poderão exercer a profissão aqueles que estiverem devidamente registrados no órgão competente do Ministério da Educação e no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, por meio dos seus 27 Conselhos Estaduais. Este contabilista pode exercer as suas atividades como profissional liberal ou autônomo, atuando nas seguintes funções:

Quadro 1 – Funções Profissionais

| Funções Profissionais da Contabilidade | |
|--|---|
| Contador | É o profissional que exerce as funções contábeis, com formação superior em ensino contábil. Destacam-se as áreas de Contabilidade Financeira, Contabilidade de Custos, Contabilidade Gerencial. |
| Auditor | É o profissional que examina e verifica a exatidão dos procedimentos contábeis. O Auditor Independente realiza o trabalho de Auditoria como profissional liberal, ou vinculado a uma empresa de Auditoria. O Auditor Interno é empregado da empresa em que faz o exame da Contabilidade, cuidando dos contratos internos. |
| Analista Financeiro | Este profissional analisa a titulação econômico-financeira da empresa por meio dos relatórios fornecidos pela Contabilidade, com a finalidade de medir desempenho, concessão de crédito, investimentos, etc. |
| Perito Contábil | É o profissional que executa uma verificação na exatidão dos registros contábeis e em outros aspectos, motivado por uma questão judicial e solicitado pela justiça. |
| Consultor Contábil | O profissional executa a consultoria na parte contábil, financeira, fiscal (IR, IPI, ICMS e outros), até consultoria na área de informática, exportação, etc. |
| Professor de Contabilidade | É o profissional que exerce o magistério de 2º grau ou de faculdade, não somente na área Contábil, como também em cursos de Ciências Econômicas, Administração, Direito, etc. |
| Pesquisador Contábil | É um campo ainda em expansão no Brasil, destinado para aqueles que optaram pela carreira universitária, e que normalmente se dedicam em período integral à universidade e à investigação científica na Contabilidade. |
| Cargos Públicos | Em muitos concursos, como Fiscal de Renda, na área Federal, Estadual ou municipal, com grande contingente de contadores aprovados. |
| Cargos Administrativos | O contador se mostra um elemento gabaritado para exercer cargos executivos, de chefia, gerência e até mesmo de diretoria com relativo sucesso, pois, no exercício da profissão, entra em contato com diversos setores da empresa. |

Fonte: adaptado de Marion (2007)

Marion e Santos (2001) definem os atributos do profissional de contabilidade apresentando o mesmo como um “tradutor”, e não como apurador de dados, que não apenas



elabora os relatórios contábeis/financeiros, mas que deve fazer com que os gestores consigam entender o que estes relatórios informam, interpretando as informações e as adequando à tomada de decisão com eficiência e rapidez.

2.4 ASPECTOS DA DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Os professores de ensino fundamental e médio, de modo geral, passam por um processo sistemático de formação pedagógica que tem por objetivo capacitá-los para o desempenho de atividades docentes. No entanto, o mesmo não ocorre com os professores de ensino superior, ainda que muitas vezes possuam títulos de Mestre ou Doutor. (GIL, 2005)

Para justificar esta situação, segundo Gil (2005, p.15), é alegado que “o professor universitário, por lidar com adultos, não necessita tanto da formação didática quanto os professores do ensino médio e fundamental, que lidam principalmente com crianças e adolescentes.”

A estrutura organizativa do ensino superior no Brasil, desde seu início, privilegiou o domínio de conhecimentos e experiências profissionais como únicos requisitos para a docência nos cursos superiores embasadas no modelo de ensino implementado no Brasil (o modelo francês-napoléonico - cursos profissionalizantes). (GIL, 2005)

É interessante verificar o que faz o indivíduo pensar em seguir a carreira docente. Dacoreggio (2001) ressalta que, pensar na profissão docente implica em pensar em múltiplas situações como, por exemplo, a formação, as políticas educacionais, currículo, valorização e desvalorização profissional, condições de trabalho, pesquisa na universidade, entre outras.

O desenvolvimento da aprendizagem está diretamente ligado a capacidade do professor em transmitir e articular os processos formativos (teóricos e práticos) aplicando sua metodologia. Castanho (2000, p.87), considera que “a maneira de conduzir o ensino pode levar a mecanismos repressivos.”

Com relação à valorização profissional, o governo federal atendeu no ano de 2013, a reivindicação histórica dos docentes das universidades públicas que pleiteavam plano de carreira que privilegiasse a qualificação e o mérito, tornando a carreira mais atraente e valorizando os professores com dedicação exclusiva e titulação. (MEC,2007)



3 METODOLOGIA

Inicialmente, foi solicitado aos municípios correspondentes a região da Grande Florianópolis, a relação de todas as Universidades e Faculdades que oferecem os cursos de Ciências Contábeis de forma presencial, obtendo-se uma lista de 10 instituições. Das IES relacionadas, 6 aceitaram participar da pesquisa.

A delimitação da pesquisa deu-se em função da sua relevância em toda a região da grande Florianópolis devido à crescente oferta nos cursos de Ciências Contábeis nessa localidade.

Com relação à natureza, esta pesquisa é pura ou básica (CERVO;BERVIAN,1996), uma vez que busca satisfazer uma necessidade intelectual visando a atualização de conhecimentos para uma nova tomada de posição, indispensável ao progresso das ciências e do homem.

Por se tratar de uma pesquisa social, quanto à forma de abordagem do problema, a pesquisa pode ser caracterizada como quanti-qualitativa. RICHARDSON (1999) considera que a pesquisa social deve ser voltada à melhoria das condições de vida da população e deve, se possível, integrar pontos de vista, métodos e técnicas.

A pesquisa é classificada como longitudinal. Hair Jr. et al. (2005) destacam que os dados longitudinais permitem mapear elementos administrativos para observar as tendências, exigindo que eles sejam coletados das mesmas unidades de amostra em vários pontos do tempo.

Do ponto de vista dos objetivos a pesquisa é denominada explicativa ou avaliativa, uma vez que pretende explicar de que maneira ou porque motivos o fenômeno é produzido. (CERVO;BERVIAN,1996, p. 50)

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e estudo de campo. Com relação à primeira, (GIL,1995,p.45) destaca que a sua principal vantagem "reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente." Já a segunda, aprofunda mais as questões propostas do que a distribuição das características da população em determinadas variáveis. (GIL, p. 46, 1991)

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

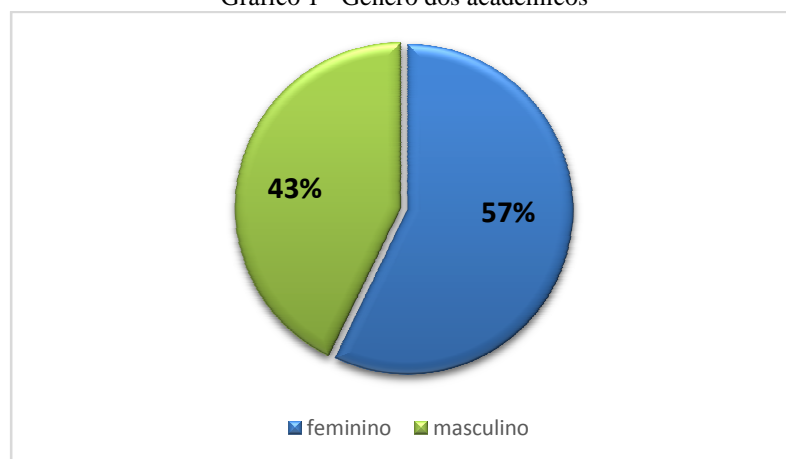
Para atendimento dos objetivos do trabalho, foi utilizado um questionário objetivo, dividido em 10 perguntas fechadas e de múltiplas escolhas, aplicado a uma população-alvo de



362 acadêmicos que estão iniciando e concluindo os cursos de graduação em Ciências Contábeis da grande Florianópolis no segundo semestre de 2013.

O Gráfico 1 evidencia que 57% da população é formada por indivíduos do sexo feminino e 43% do sexo masculino.

Gráfico 1 - Gênero dos acadêmicos



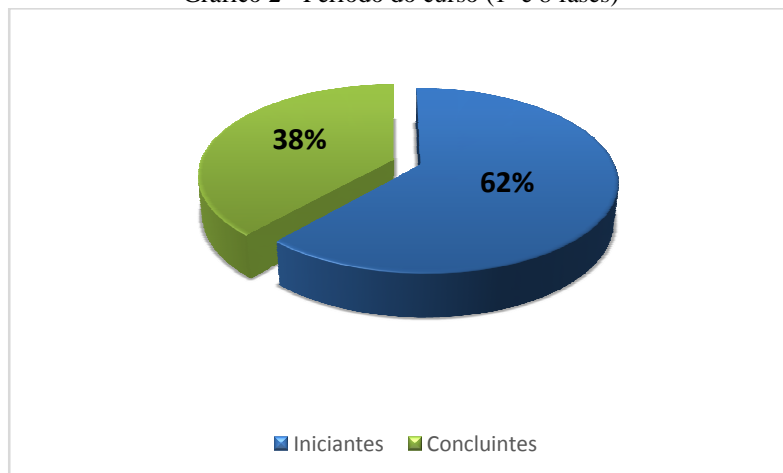
Autor: Fonte primária

O Gráfico 2 apresenta a disposição dos alunos pesquisados entre o período do curso. A diferença percentual apresentada evidencia a evasão nos cursos de Ciências Contábeis, haja vista que 62% da população total pesquisada são iniciantes e 38% são concluintes.

Este resultado corrobora com pesquisas científicas sobre o fenômeno da evasão nos cursos de Ciências Contábeis. Miranda et al. (2012, p. 25) afirma que “a evasão é um assunto que vai além da alternativa por uma profissão, mas é necessário ressaltar a oportunidade de acesso à escolha profissional relacionada à evasão para a compreensão do fenômeno estudado.



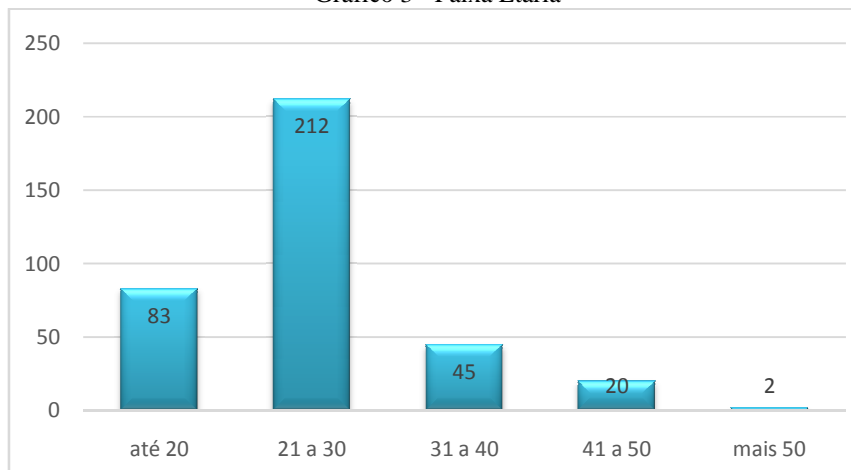
Gráfico 2 - Período do curso (1ª e 8 fases)



Autor: Fonte primária

De acordo com o Gráfico 3, a maior concentração de alunos respondentes situa-se na faixa etária de 21 a 30 anos, chegando a quase 60%. Em seguida os alunos de até 20 anos e de 31 a 40 anos, respectivamente, constituem maior representatividade.

Gráfico 3 - Faixa Etária

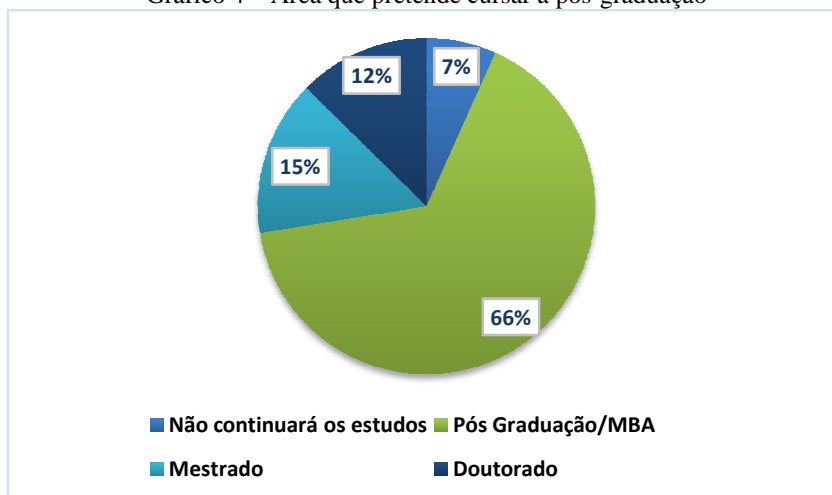


Autor: Fonte primária

O Gráfico 4 demonstra a percepção dos discentes em relação a intenção de cursar uma pós-graduação lato ou stricto sensu. Os dados obtidos denotam que no atual contexto do curso de Ciências Contábeis, há um interesse por parte da maioria 93% dos alunos em dar continuidade aos estudos através de um curso de pós-graduação. Apenas 7% dos entrevistados não pretendem continuar seus estudos.



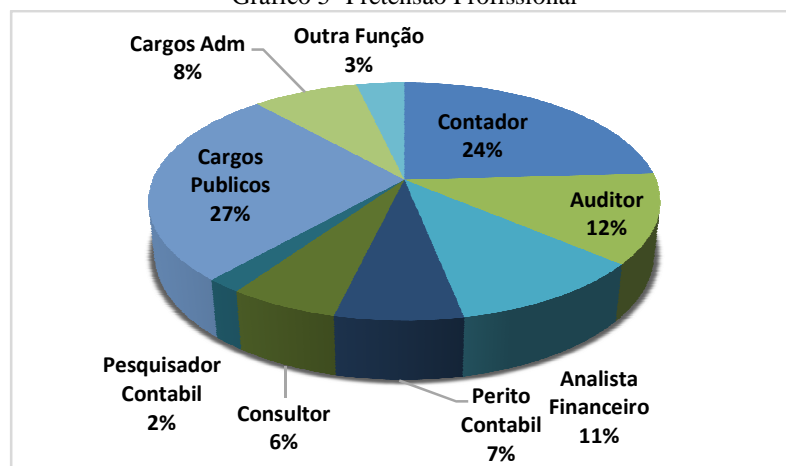
Gráfico 4 – Área que pretende cursar a pós-graduação



Autor: Fonte primária.

A decisão de continuar ou não os estudos pode estar ligada ao investimento na formação contínua necessária para atender as exigências legais da área de atuação profissional que o discente presente seguir.

Gráfico 5- Pretensão Profissional



Autor: Fonte primária

Os resultados demonstram que dentre as áreas de pretensão de atuação dos entrevistados, destacam-se os cargos públicos com 27% das opiniões, 24% pretendem ser contadores, 12% seguir carreira como auditores, 7% e 8% perícia e cargos administrativos respectivamente e 6%

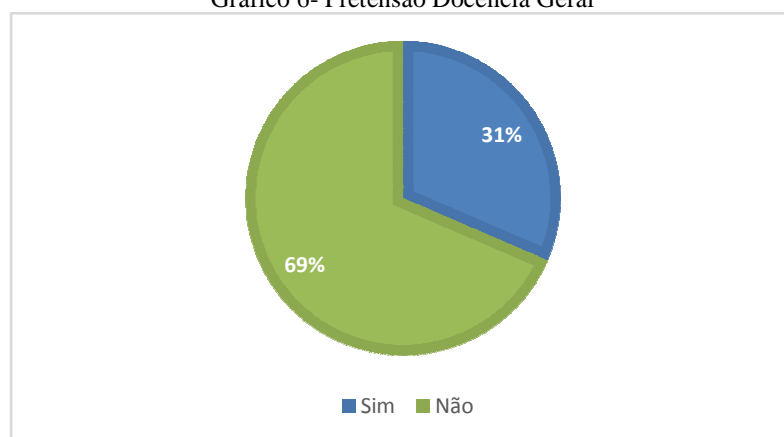


na área de consultoria. Apenas 2% têm interesse em seguir carreira na área de pesquisa contábil e alguns optaram por seguir outras profissões ou ainda não se decidiram.

Quando questionados sobre a pretensão de seguir carreira docente o problema desta pesquisa vem à tona: os discentes têm a pretensão de seguir carreira docente?

Conforme o Gráfico 6, do total de acadêmicos entrevistados, apenas 31% tem a pretensão em seguir carreira docente, e cerca de 69% não pretendem seguir a carreira docente.

Gráfico 6- Pretensão Docência Geral



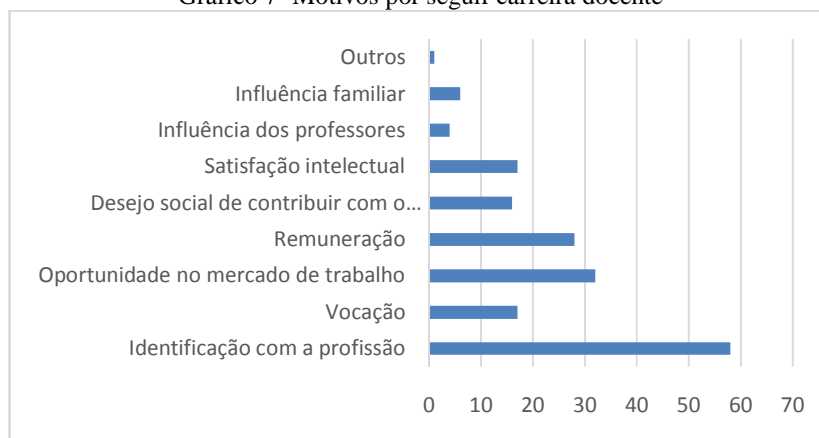
Autor: Fonte primária

Com relação aos motivos que levam os acadêmicos a ter interesse em seguir carreira docente, solicitou-se que os consultados assinalassem as seguintes opções: a) identificação com a profissão b) vocação c) oportunidades no mercado de trabalho d) remuneração e) desejo social de contribuir com o próximo f) satisfação intelectual g) influência dos professores h) influência familiar i) outros.

Analisando os resultados obtidos pode-se concluir que os acadêmicos que já cogitaram seguir carreira docente se identificaram com os motivos sugeridos no questionamento. Conforme o gráfico 7 propõe, eles possuem identificação com a profissão com 32,40%, visualizam uma boa oportunidade no mercado de trabalho com 17,88%, poder de remuneração com 15,64%, possuem interesse em estar satisfeitos intelectualmente e contribuindo com o próximo totalizando 8,95 e 9,50%, respectivamente. A influência familiar, dos professores e os outros motivos somaram um percentual de 6,13%. Percebe-se assim que a identificação com a profissão é o motivo mais relevante que levam os acadêmicos a ter interesse em seguir carreira docente.



Gráfico 7- Motivos por seguir carreira docente



Autor: Fonte primária

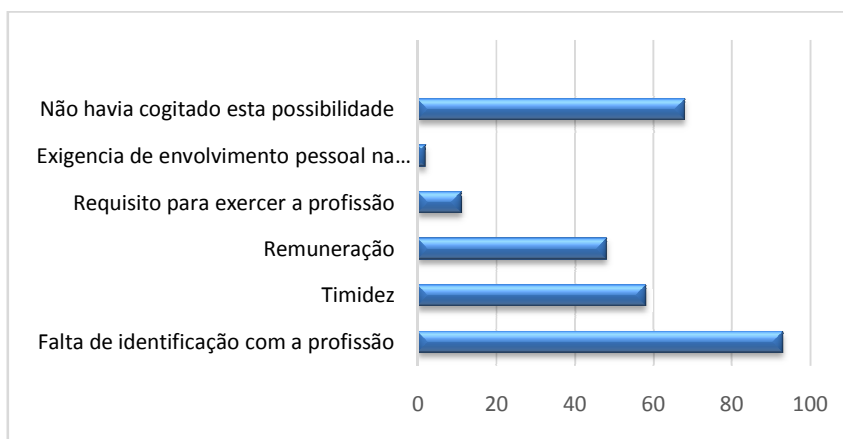
No questionamento cujos dados são apresentados no gráfico 8, com relação aos motivos que levam aos alunos iniciantes e concluintes não ter interesse a seguir carreira docente, solicitou-se que os consultados assinalassem as seguintes opções: a) falta de identificação com a profissão b) timidez c) remuneração d) requisitos para exercer a profissão (pós graduação lato sensu e stricto sensu) e) exigência de envolvimento pessoal na profissão f) não havia cogitado essa possibilidade g) outros.

Em uma análise geral, verifica-se que os discentes não espreitaram seguir carreira docente até então, pelos motivos propostos e principalmente por não se identificarem com a profissão com 33,22% dos entrevistados, pela timidez com 20,71% e por não ter cogitado essa possibilidade com 24,28%.

É importante ressaltar o fator remuneração que soma 17,15% dos dados como motivo de interesse em seguir a carreira docente e 15,64% como motivo para não seguir, como um contraponto formado pelos discentes que mostraram desconhecer sobre a remuneração da profissão.



Gráfico 8 - Motivos por não optar pela carreira docente



Autor: Fonte primária

Conforme a análise dos gráficos 09 e 10, não houve diferenças significativas com relação à pretensão a docência pelos estudantes iniciantes e concluintes, sendo que dentre os iniciantes, apenas 37% pretendem seguir a carreira docente. No que tange aos concluintes, esse percentual abaixa mais 2 pontos, totalizando 35% dos acadêmicos.

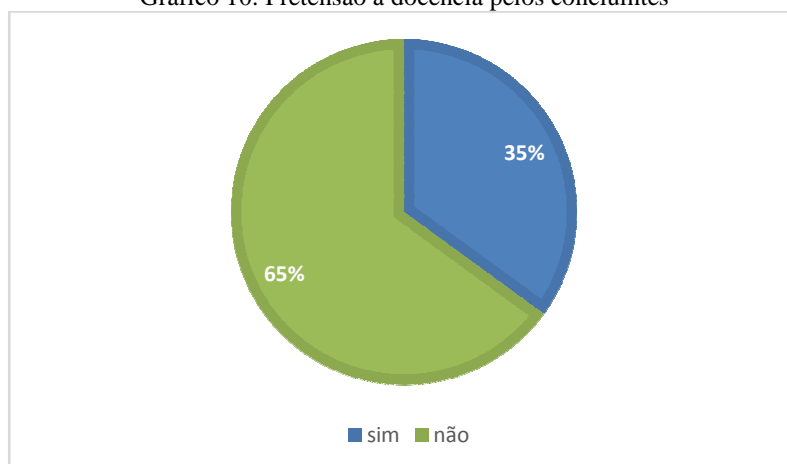
Gráfico 09: Pretensão à docência pelos iniciantes



Autor: Fonte primária



Gráfico 10: Pretensão à docência pelos concluintes

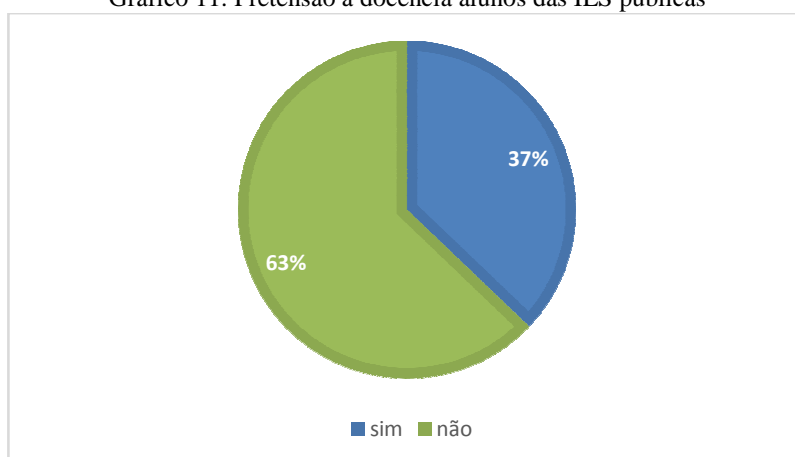


Autor: Fonte primária

Para satisfazer o objetivo do trabalho buscou-se identificar se há distinção entre os interesses dos discentes em seguir carreira docente entre as IES públicas e privadas.

De acordo com o Gráfico 11, com relação aos alunos das Instituições de Ensino Superior públicas, 37% consideram seguir carreira docente e 63% não tem esta pretensão profissional.

Gráfico 11: Pretensão à docência alunos das IES públicas

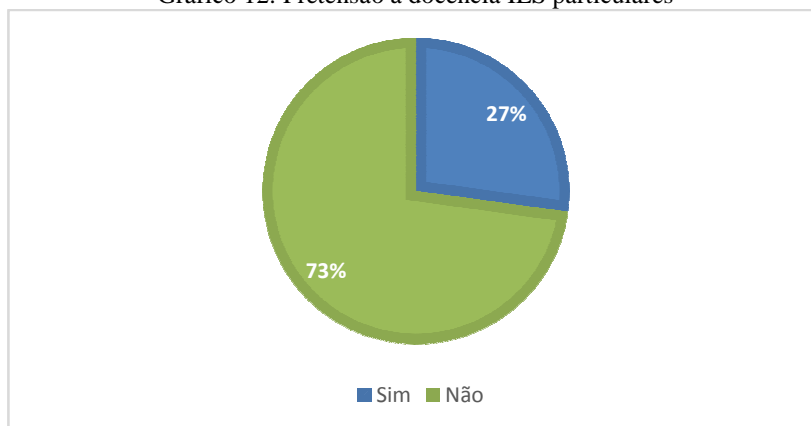


Autor: Fonte primária



O Gráfico 12 evidencia que os alunos das Instituições de Ensino Superior privadas possuem menor interesse em seguir carreira docente do que os alunos das IES públicas, sendo 27% favoráveis a esta escolha profissional e 73% contrárias.

Gráfico 12: Pretensão à docência IES particulares



Autor: Fonte primária

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar a percepção dos discentes de Ciências Contábeis da grande Florianópolis quanto a seguir carreira docente. Para tanto, foram analisadas as opiniões coletadas através de questionário de pesquisa composto por perguntas objetivas direcionado para os discentes iniciantes e concluintes dos cursos presenciais de Ciências Contábeis da região.

Observou-se que os discentes que cogitam a possibilidade de seguir carreira docente se identificam com a profissão e visualizam uma boa oportunidade no mercado de trabalho. Consideram motivos como vocação, remuneração, influência familiar, satisfação intelectual, desejo social de contribuir com o próximo, entre outros.

Da mesma maneira, analisou-se os motivos que contribuem para o não interesse em seguir carreira docente. A grande maioria não havia cogitado esta possibilidade ou não se identifica com a profissão, timidez, remuneração, exigência de envolvimento pessoal com a profissão entre outros.



Analisando os motivos que levam os acadêmicos a optarem ou não pela carreira docente, surge um fator que se coloca como contradizente: a remuneração. Foi verificado que os acadêmicos desconhecem sobre a remuneração dos docentes, pois os que possuem pretensão à docência consideram este fator positivo e os que não possuem pretensão consideram um fator negativo. Esta falta de informação muito se deve a pequena valorização atrelada aos professores no Brasil.

Não houve mudanças significativas com relação à pretensão à docência pelos estudantes iniciantes e concluintes dos cursos pesquisados. Todavia, na análise obtida sobre o objetivo de seguir carreira docente pelos alunos as IES públicas e privadas, foi constatado um diferencial considerável justificado pela distinção no ensino das instituições públicas, onde este é significativamente voltado para a educação continuada e cargos públicos enquanto nas instituições privadas tem-se maior observância ao lado profissional prático.

Por fim, espera-se que este estudo sirva de impulso para que outros congêneres sejam realizados, alimentando-se a expectativa de que os agentes envolvidos no processo educacional utilizem-se dessa e de outras pesquisas para nortear ações que esclareçam sobre a profissão docente e demonstrem o seu valor aos que iniciam sua formação profissional no Ensino Superior de Contabilidade.

Essa pesquisa abre margem para outros estudos que queiram focar na perspectiva dos docentes sobre a falta de interesse dos acadêmicos em seguir a docência.

REFERÊNCIAS

CASTANHO, Sérgio; CASTANHO, Maria Eugênia L.M.. O que há de novo na educação superior: Do projeto pedagógico à prática transformadora. Campinas: Papirus, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, Resolução 560/83, de 28 de dezembro de 1983. Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-Lei n.º 9295, de 27 de maio de 1946.

DACOREGGIO, Marlete dos Santos. Ação docente: uma ação comunicativa, um olhar para o ensino superior presencial e a distância. Florianópolis: edição da Autora, 2001.

DIARIO OFICIAL, de 15 de abril de 1931, p. 5.830-5.839. Transcrita de Ministério da Educação e Saúde Pública. Organização universitária brasileira, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1931.





FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Universidade do Brasil: Guia dos dispositivos legais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Inep, 2000, v.2

GIL, Antonio Carlos. Metodologia do ensino superior. São Paulo: Atlas, 2005.

KRAEMER, Maria Elizabeth Pereira. Reflexões sobre o ensino da contabilidade. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília: CRC, n. 153, ano XXXV, p.66-71, jun. 2005.

LEI de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25 jun. 2013.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 20 out. 2013.

MARION, José Carlos. O ensino da contabilidade. São Paulo: Atlas, 1996.

MARION, José Carlos; Márcia Maria Costa. O ensino da contabilidade no Brasil. São Paulo: Atlas, 1999.

MARION, José Carlos; ROBLES JÚNIOR, Antônio. A busca na qualidade no ensino superior de contabilidade no Brasil. Revista Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 9, n. 3, p.13-24, set.1998.

MARION, José Carlos; SANTOS, Márcia Carvalho. Os dois lados de uma profissão. Revista Reuna. São Paulo. n.2, maio, 2001.

MEC, Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em 15 out. 2013.

MORHY, Lauro. Universidade no mundo: Universidade em questão. Brasília: Editoria Universidade de Brasília, 2004.

PESSOA, Maria Naiula Monteiro; SELIG, Paulo Mauricio. Gestão das universidades federais brasileiras: um modelo fundamentado no Balanced Scorecard. Florianópolis, 2000. Tese (Doutorado)

PORTAL MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18040>. Acesso em: 14 jun. 2013.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos Santos. História da contabilidade: foco na evolução das escolas do pensamento contábil. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Tânia Moura. O profissional da contabilidade e as tendências do mundo virtual. Revista Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CRCRS, 2002. Nº 109.